

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Jean Wyllys)

Solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Justiça informações sobre declarações acerca das manifestações de movimentos sociais contrários ao aumento de tarifas do transporte público em São Paulo.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Ministério da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, as seguintes informações:

- 1) V.Exa., em declarações dadas à imprensa, afirmou que solicitou à Polícia Federal informações sobre os atos de violência em São Paulo e também no Rio de Janeiro?
- 2) Com base em que dispositivo legal a Polícia Federal, seguindo sua determinação, poderia coletar tais informações? Trata-se de abertura de investigação no âmbito da Polícia Federal acerca de delitos de competência estadual?
- 3) Qual a finalidade da obtenção das informações solicitadas?
- 4) Houve algum pedido feito pelo governo do Estado de São Paulo ou do Rio de Janeiro para a atuação da Polícia Federal?
- 5) Quantos policiais federais serão alocados para cumprir a determinação de V.Exa.? Esses policiais, que atualmente estão alocados para a prevenção ou repressão de crimes da competência da Polícia Federal, não farão falta nos locais onde atuam?

6) Pelas declarações atribuídas à V.Exa., percebe-se uma tendência para que tais informações restrinjam-se aos manifestantes, numa clara tentativa de criminalização dos movimentos sociais. A atuação da Polícia Federal se restringirá a coletar informações dos manifestantes ou investigará também os excessos cometidos pela polícia estadual, conforme se afere dos vídeos acessáveis através dos links:

<http://www.youtube.com/watch?v=Wqz2A7S54S4&feature=youtu.be>

<http://www.youtube.com/watch?v=HZGYXbJN2U0&feature=youtu.be>

<http://www.youtube.com/watch?v=zUMBij-OKDM&feature=youtu.be>

<http://www.youtube.com/watch?v=-AxFrKHuON8&feature=youtu.be>

<http://www.youtube.com/watch?v=DoHdDQMpydo&feature=youtu.be>

<http://www.youtube.com/watch?v=ohTJQdaOgWU&feature=youtu.be>

JUSTIFICAÇÃO

A mídia e os governos estaduais tem tentado criminalizar os movimentos sociais contrários ao aumento da tarifa de ônibus, em São Paulo, no Rio e nas demais capitais onde tais movimentos tiveram início.

De acordo com o jornalista Altamiro Borges, do site: <http://altamiroborges.blogspot.com.br/2013/06/protesto-e-caso-de-policia.html>:

Na tarde de terça-feira, o centro da maior cidade do país virou novamente um palco de guerra. A Polícia Militar voltou a esbanjar violência, disparando balas de borracha e lançando de bombas de gás. A passeata com mais de 10 mil jovens, segundo o próprio Estadão, transcorria de forma pacífica até a primeira provocação da PM. Resultado: mais de 20 pessoas ficaram feridas, outras 13 foram presas e lojas, ônibus e terminais de Metrô foram depredados. Nem os jornalistas, inclusive da Folha, escaparam da selvageria policial. Uma cena lastimável, que pode se repetir na tarde desta quinta-feira (13), com os novos protestos marcados pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Outrossim, de acordo com o site: <http://blogs.estadao.com.br/estadao-urgente/>, infere-se que a manifestação, com mais de 10 mil pessoas começou por volta das 17 horas se mantinha de forma pacífica, tendo os confrontos se iniciado somente às

19:45 horas, quando os manifestantes foram contidos pela Tropa de Choque da Polícia de São Paulo.

Verifica-se que as manifestações são pacíficas e é a atuação da polícia que precipita os atos excessivos, que frise-se, são de poucos manifestantes.

Recentemente, o Ministro da Justiça deu declarações que se alinham com essas tentativas de criminalização dos movimentos populares. Porém, para além das declarações, de acordo com vários veículos de informação, o Ministro teria solicitado à Polícia Federal informações sobre os atos de violência em São Paulo e também no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, se faz necessário perquirir o Ministro da Justiça acerca da veracidade de tais declarações, que visam a criminalizar um movimento social legítimo, bem como da base legal para a determinação de investigações por parte da Polícia Federal.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 13 de junho de 2013.

JEAN WYLLYS

Deputado Federal - PSOL/RJ